



BOLETIM DO SINTRAJUD

Segunda-feira, 26 de agosto de 2019
Boletim 220 / 1.000 exemplares



Siga o Sintrajud nas redes
sociais: facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Gestão Gente de Luta 2017/2020

Assembleia dia 28 discute plano de saúde e julgamentos no STF

É preciso fazer andar a contratação do plano de saúde; mobilização contra redução salarial e pela data-base também é decisiva: assembleia terá início às 14 horas, no saguão.



Fotos: Gero Rodrigues

Discussão do plano, em 2018.

Os meses passam e a contratação do plano de saúde para os servidores da Justiça Eleitoral não se concretiza. Enquanto isso, os colegas não suportam mais ficar à mercê dos planos privados vendidos atualmente como um negócio “bastante interessante”.

É de conhecimento público que qualquer plano sem a garantia constituída pela contratação com um ente público sai mais caro para os usuários, além de aumentar a vulnerabilidade para os servidores. E num mercado cartelizado como o das operadoras de saúde os reajustes são cada vez mais abusivos.

É obrigação legal do TRE-assegurar assistência em saúde aos seus servidores. No entanto, o auxílio-saúde de R\$ 215 é absolutamente insuficiente para fazer frente aos custos de mercado das operadoras.

Por isso, convidamos todos à assembleia. Essa luta também é sua.

SINTRAJUD NO WHATSAPP

Envie mensagem com nome completo e lotação para (11) 99128-5217, salve o número em sua agenda de contatos e cadastre-se na lista de transmissão de notícias do Sintrajud.





Luta pelos quintos, data-base e contra a redução salarial

Outro tema que será pauta da assembleia é o julgamento da incorporação dos quintos, em curso no Supremo Tribunal Federal. A mobilização iniciada pelo Sindicato teve uma primeira importante vitória: a mudança do voto do ministro Gilmar Mendes, relator do processo. Há quatro anos Gilmar orientou a suspensão da parcela, mas no julgamento dos embargos ao Recurso Extraordinário 638.115, neste dia 23/8, voltou atrás e reconheceu a necessidade de respeitar a segurança jurídica. É preciso mobilização para garantir que nenhum servidor tenha

redução salarial. E no TRE-SP, 160 colegas estão sob essa ameaça.

Outra espada sobre as cabeças dos servidores é o julgamento da constitucionalidade do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, também em curso no STF, que pode levar à autorização de redução dos salários em até 25%. Em tempos de congelamento orçamentário, seria rasgar a Constituição fazer valer esse dispositivo.

Vamos juntos defender nossos direitos e preparar também a luta pelo reconhecimento da data-base, que será julgado no STF em setembro.

